



ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA COM BASE NO XVI CBAS

ATTRIBUTIONS AND COMPETENCIES OF SOCIAL WORKERS IN CRAS: A SYSTEMATIC REVIEW OF THE LITERATURE BASED ON THE XVI CBAS

Mariana Aparecida de Moraes¹

Ronaldo Alves Duarte²

Resumo: O presente trabalho teve por objetivo apresentar e discutir alguns apontamentos sobre a atuação do/a assistente social no CRAS, destacando as principais potencialidades e dificuldades encontradas por este/a profissional nesse espaço sócio-ocupacional que é considerado a porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social. Para tanto, neste estudo de abordagem qualitativa, recorreu-se a uma pesquisa bibliográfica com revisão sistemática da literatura. O XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado em 2019 foi a fonte de dados escolhida. Foram selecionados 23 artigos e buscou-se compreender como estes abordam o fazer profissional do/a assistente social no CRAS. Desse modo, dentre os principais resultados destaca-se que a prática profissional do/a assistente social nos espaços sócio-ocupacionais estudados contam, ainda, com forte presença do assistencialismo e do clientelismo. Além disso, constatou-se precários vínculos trabalhistas, bem como condições de trabalho inadequadas que atravessam de forma negativa o fazer profissional. Apesar disso, observou-se, também, a existência de profissionais criativos, propositivos e comprometidos com o Projeto Ético-Político do Serviço Social. As atuações desses/as profissionais buscam, no cotidiano de trabalho, traçar estratégias de enfrentamento dos desafios apresentados, bem como desenvolver intervenções técnicas que ofereçam respostas mais efetivas às demandas da população atendida com o objetivo de contribuir com a emancipação dos usuários da Política Pública de Assistência Social e com a construção de um novo projeto societário mais justo e mais igualitário.

Palavras-chave: Serviço Social; CRAS; Atuação Profissional; Atribuições e Competências; Revisão de literatura

Abstract: The present work aimed to present and discuss some notes on the performance of the social worker at CRAS, highlighting the main potentialities and difficulties encountered by

¹ Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado de Minas Gerais, campus Divinópolis e Pós-graduanda em Gestão de Emergências e Desastres pela Unyleya. Assistente Social Analista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7563-2021>. E-mail: marianamorais.as.social@gmail.com

² Assistente Social e Professor. Graduado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Doutor em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor do curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais, campus Divinópolis e Assistente Social do Serviço de Referência em Saúde Mental de Divinópolis/MG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2253-7787>. E-mail: ronaldosocial@gmail.com

Artigo submetido em: 18 de outubro de 2024.

Artigo aceito em: 29 de março de 2025.

p. 297-325, DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202514>

this professional in this socio-occupational space, which is considered the gateway to the Unified Social Assistance System. For this purpose, in this qualitative study, a bibliographic research with a systematic literature review was used. The XVI Brazilian Congress of Social Workers held in 2019 was the chosen data source. Twenty-three articles were selected, and an attempt was made to understand how they address the professional practice of the social worker at CRAS. Thus, among the main results, it is highlighted that the professional practice of the social worker in the studied socio-occupational spaces still has a strong presence of assistentialism and clientelism. In addition, precarious labor ties and inadequate working conditions were found, which negatively affect professional practice. Despite this, it was also observed the existence of creative, proactive professionals committed to the Ethical-Political Project of Social Work. The actions of these professionals seek, in their daily work, to outline strategies to face the presented challenges, as well as to develop technical interventions that offer more effective responses to the demands of the population served, with the aim of contributing to the emancipation of the users of the Public Social Assistance Policy and the construction of a new, fairer, and more egalitarian societal project.

Keywords: Social Work; CRAS; Professional performance; attributions and competences Literature review

INTRODUÇÃO

A pesquisa da qual o presente artigo é fruto, objetivou expor e discutir alguns apontamentos que fizeram parte do debate teórico-prático do XVI CBAS (2019) no que tange à atuação do/a assistente social no CRAS. Mais especificamente pretendeu-se analisar as diversas formas por meio das quais os artigos científicos abordam o papel do/a assistente social neste espaço sócio-ocupacional, levando-se em consideração suas atribuições e competências bem como as principais dificuldades e potencialidades encontradas.

Sabe-se que a profissão de Serviço Social no Brasil remonta a década de 1930, inicialmente com objetivo de controlar o pauperismo e a insatisfação popular, pautando-se em ações conservadoras, de caráter assistencialista e em defesa dos interesses da classe dominante. Entretanto, na década de 1970 o Serviço Social se aproxima da teoria social crítica, questiona os fundamentos teóricos-metodológicos da profissão de então, bem como a sua postura conservadora (MARTINELLI, 2011). Assim, se reconhece enquanto classe trabalhadora e compromete-se a defender os interesses dessa classe. A partir disso, surge a "Intenção de Ruptura", que tenta romper com o tradicionalismo do Serviço Social e orientar a profissão com base na teoria social marxista (NETTO, 2015). Mas de acordo com este mesmo autor a ruptura completa só é possível acontecer durante a

prática profissional, isto é, se o/a assistente social se dispuser a romper com o conservadorismo em seu cotidiano de trabalho.

Logo, no final da década de 1970, é gestado o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social (PEP) que está vinculado a um projeto societário visando a transformação e a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. Para Reis (2013) este Projeto Profissional possui em seu núcleo "o reconhecimento da liberdade como valor ético central - a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais" (NETTO, 1999 apud REIS, 2013, p. 21). Assim, o PEP preconiza um novo perfil profissional com olhar mais crítico para a realidade social, visando um melhor desempenho no agir profissional ao atender as demandas postas para o enfrentamento às expressões da questão social, pautado em bases teórico-metodológicas que buscam superar as práticas conservadoras do Serviço Social. Exige-se, então, um/a profissional capaz de atuar nos desafios postos à profissão e se colocar em defesa dos interesses da classe trabalhadora, em detrimento dos interesses da classe dominante (OLIVEIRA; CHAVES, 2017).

Ainda na perspectiva da atuação profissional, Lopes (2018) destaca três importantes instrumentos político-normativos: a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social no Brasil (Lei n. 8.662, de 07 de junho de 1993), o Código de Ética do/a Assistente Social (Conselho Federal de Serviço Social - CFESS - 1993) e as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996). Esses instrumentos sobreditos são os balizadores da construção do conceito de competências bem como dão materialidade ao PEP e são os principais responsáveis por regular, guiar e orientar a atuação do/a assistente social na sociedade brasileira.

Dentre os campos de atuação do/a assistente social, destaca-se que as políticas públicas - com seus programas, projetos e serviços - se configuram com a maior variedade de espaços sócio-ocupacionais, nos quais os/as assistentes sociais intervêm de modo a viabilizar respostas às múltiplas expressões da questão social, com as quais se deparam concretamente em seu cotidiano de trabalho (RAICHELIS, 2009). Para as pretensões do presente trabalho o enfoque foi na Política Pública de Assistência Social,

mais especificamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Trata-se de um equipamento público responsável pela oferta e organização dos serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), possui base territorial, que se localiza em áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e Distrito Federal (DF). Dentre os objetivos do CRAS destaca-se a prevenção de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, que ocorre por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e sociais e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania, visando o protagonismo e a autonomia dos usuários (BRASIL, 2009).

Diante do exposto, para analisar as diversas formas por meio das quais os artigos científicos publicados no XVI CBAS (2019), abordaram o papel do/a assistente social no CRAS, levando-se em consideração suas atribuições e competências bem como as principais dificuldades e potencialidades encontradas, o presente artigo foi dividido em quatro seções. Assim, além deste texto introdutório, que se constitui como a primeira seção, há uma segunda na qual foi exposto o percurso metodológico utilizado para o desenvolvimento da pesquisa. O terceiro tópico, por sua vez, dispõe sobre os resultados e a discussão dos dados encontrados no corpus de artigos investigados. Finalmente, na última seção, são apresentadas as considerações finais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como estratégia para a realização da investigação a que nos referimos na introdução deste texto, utilizamos uma pesquisa bibliográfica com revisão sistemática da literatura.

Para Moraes (2017) a pesquisa no âmbito do Serviço Social deve ser concebida como um dos elementos constitutivos tanto do trabalho, quanto da formação profissional. Assim, continua o autor, se por um lado a pesquisa em Serviço Social perpassa a formação acadêmica, contribuindo para a construção e reconstrução da teoria e para o desenvolvimento do conhecimento crítico da realidade social; por outro, engloba também a prática profissional de assistentes sociais. Este tipo de pesquisa "associada ao trabalho profissional" (MORAES, 2017), é desenvolvida nos variados campos

de atuação profissional, sendo oriundas de “demandas institucionais e/ou de uma preocupação ético-política profissional de garantir a qualidade dos serviços prestados à população [...]” (MORAES, 2017, p. 397). Logo, contribui para uma aproximação mais crítica da realidade e amplia as possibilidades de novos estudos teóricos.

Desse modo, levando-se em consideração a relevância da pesquisa relacionada ao trabalho profissional, este artigo analisou a atuação do/a assistente social no CRAS. Para isso, utilizou-se como fonte de dados o XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que ocorreu em 2019 e seus Anais encontram-se disponíveis em meio eletrônico³. Esta escolha se respaldou no fato de que este, o CBAS, é considerado um dos principais eventos da categoria profissional relativo à pesquisa científica, contando com participação majoritária de assistentes sociais atuantes em diversos campos profissionais (DUARTE, 2021).

Na referida base de dados, foram pesquisados nos campos de busca e acessados os arquivos com base nos seguintes descritores: CRAS e Assistente Social; CRAS e Serviço Social; Proteção Social Básica e Assistente Social; Proteção Social Básica e Serviço Social; Atuação do/a Assistente Social no CRAS; Trabalho do/a Assistente Social no CRAS; Atribuições e competências do/a Assistente Social no CRAS; Trabalho do/a Assistente Social; Atuação do/a Assistente Social; Atribuições e Competências; CRAS.

A partir dos onze descritores foram encontrados 245 artigos. A seleção dos artigos para análise foi realizada através da leitura do título do artigo, do resumo, das palavras-chave, do título das seções e quando necessário leitura da introdução e do texto na íntegra. Dessa forma, foram selecionados apenas aqueles artigos que abordavam diretamente o trabalho do/a assistente social no CRAS (52 artigos), sendo que destes excluiu-se os que se repetiram (29), restando assim 23 artigos, os quais constituíram o corpus, que posteriormente foi analisado. Vale evidenciar que foram descartados os artigos que se tratavam de algum assunto referente ao CRAS mas que não se relacionavam com o/a assistente social bem como os artigos com temáticas relativas ao fazer profissional do/a assistente social que não possuíam relação com o CRAS.

³ Disponível em: <<http://www.cbassoc.org.br/portal/conteudo/cbas16>>. Acesso em: 23 out. 2022

Após esta seleção foi realizada uma leitura na íntegra dos artigos que compuseram o corpus da pesquisa, visando extrair e compilar as principais informações encontradas para posterior análise e discussão dos dados. Para organizar tais informações encontradas nos 23 artigos criou-se uma tabela no Microsoft Excel visando tabular e organizar os principais dados. Dessa forma, cada texto teve seu quadro de sistematização, apresentando nas linhas e colunas suas características centrais.

Nesse sentido a tabela apresentou os seguintes itens: descritor; título do artigo; autores(as); seção; eixo; sub-eixo; objetivo; cidade/Estado (quando o artigo cita); metodologia; atividades desenvolvidas pelo/a assistente social; instrumentos e técnicas; possibilidades e potencialidades (pontos positivos); dificuldades e desafios (pontos negativos); relação teoria e prática, trabalho intersetorial e multidisciplinar; e percepção dos usuários. A partir desta tabulação dos dados, foram criadas as seguintes categorias de análise: principais atividades desenvolvidas pelo/a assistente social no CRAS; potencialidades e possibilidades (pontos positivos); dificuldades e desafios (pontos negativos) encontrados em sua atuação profissional no referido equipamento da proteção social básica.

Nestes termos, apresentamos a seguir os resultados e discussão dos dados acerca da análise das informações contidas nas categorias sobreditas, buscando apresentar o debate em torno da atuação do/a assistente social no CRAS de maneira crítica e a luz do materialismo histórico dialético.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

De acordo com Matos (2015), refletir sobre as atribuições e competências dos/as assistentes sociais é discutir a profissão, debater sobre as particularidades da intervenção profissional na divisão social e técnica do trabalho em um contexto em que empregadores vêm tentando ditar como e de que forma devem trabalhar estes/as profissionais.

As competências profissionais e atribuições privativas dos/as Assistentes Sociais estão previstas na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/1993), respectivamente nos art. 4º e 5º. Além disso, o CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) possui uma

série de publicações⁴ que debatem sobre temas relacionados ao exercício profissional e oferecem subsídios para potencializar o Serviço Social. Outrossim, as atribuições dos técnicos de nível superior que atuam no CRAS estão dispostas na página 63 do caderno de "Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social" (MDS, 2009). Contudo, cabe destacar que segundo Matos (2015, p. 691) " [...] a realidade não se restringe apenas às normas e às leis: é na prática que se materializa o que é, legitimamente, campo de intervenção de uma profissão. Assim, também a ação crítica e consciente de profissionais é fundamental." Portanto, para além do que está posto nas leis, é necessário analisar como estas vêm se materializando na prática, nos espaços sócio-ocupacionais.

Nessa perspectiva, é importante pontuar que dos 23 artigos selecionados para esta pesquisa, dois foram embasados em pesquisas bibliográficas (CABRAL, 2019; SANTOS; CORDEIRO, 2019), um em relato de experiência de estágio supervisionado (SANTOS; BLOIS; ALMEIDA, 2019) e os outros 20 baseiam-se em relatos de experiências profissionais. Desta forma, fica evidente que os artigos, majoritariamente, retratam a prática profissional dos/as assistentes sociais no CRAS com base na experiência dos autores. Assim, foi possível analisar a intervenção do Serviço Social frente às diversas demandas trazidas pelos usuários em virtude das expressões da questão social. Referente a isso, Matos (2015) salienta que as respostas às demandas dos usuários se dão no campo das possíveis competências e para ele ser competente é conseguir articular as três dimensões que embasam a profissão, a saber: dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Nesse sentido, o mesmo autor acrescenta que uma profissão se legitima e é reconhecida através da capacidade de respostas de seus profissionais à população usuária dos serviços e a seus contratantes.

Isto posto, parte-se para a análise dos artigos propriamente dita. Para facilitar a análise, julgou-se pertinente separar os artigos por assuntos, seja por aparecerem de forma recorrente, seja por aparecerem de forma dispersa no conjunto de textos analisados. Desse modo, dos 23 artigos: dez debateram sobre ações diversas do trabalho do/a assistente social no CRAS (CABRAL, 2019; PIVA; SILVA; PEREIRA, 2019; SANTOS; BLOIS; ALMEIDA, 2019; SODRÉ, 2019; OLIVEIRA; CAVALCANTE; OLIVEIRA, 2019; SANTANA;

⁴ Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/livros>. Acesso em: 23 out. 2022

2019; OLIVEIRA; CALEGÁRIO, 2019; SANTOS; CORDEIRO, 2019; FAUSTINO, 2019; SANTANA; GUIMARÃES; LARANJEIRAS, 2019); sete enfatizaram a experiência do trabalho com grupos (FONTES, 2019; SILVA; COSTA, 2019; FERREIRA, 2019; KURAMOTO, 2019; LEITÃO; SILVA, 2019; SOUSA et al., 2019; FAUSTINO et al., 2019); três refletiram sobre o Programa Bolsa Família (SILVA, 2019; SANTOS, 2019; REIS et al., 2019); e três deram ênfase à questão étnico-racial (MOREIRA, 2019; SIRIO; SILVA, 2019; LIMA; BAZO; SILVA, 2019).

O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS: AÇÕES DIVERSAS

Os diferentes estudos analisados por Cabral (2019), apontam algumas ações que são realizadas de modo mais recorrente pelos/as assistentes sociais, dentre as quais destaca "o acesso à informação, o acesso a direitos, inserção na rede socioassistencial, o trabalho com famílias e de forma menos expressiva mas de igual importância o desenvolvimento de capacidades e resiliência através do empowerment" (CABRAL, 2019, p. 5). Assim, são planejadas ações que visam suprir ou melhorar a situação de vulnerabilidade social identificada, contribuindo para a emancipação e autonomia dos usuários, de modo que não necessitem mais dos benefícios e serviços do CRAS. Além disso, verificou que os objetivos atribuídos ao trabalho do/a assistente social incorporam tanto os compromissos assumidos pela categoria através do Projeto ético-político quanto legitimam os que são referenciados pela política de assistência social, todavia evidencia uma ausência de crítica sobre essas orientações. Salienta também que embora a tensão existente entre o projeto profissional e a condição de trabalhador assalariado⁵ seja recorrente nos estudos analisados, esta não é percebida pelo conjunto dos/as trabalhadores/as uma vez que não problematizam o trabalho para além da ausência de condições de trabalho. A autora problematiza que os instrumentos utilizados pelo/a assistente social não são percebidos por parte dos/as profissionais como uma perspectiva de meio, sendo relacionados em sua maioria como sinônimos de competência. Diante do exposto, constata uma hipervalorização do caráter técnico-operativo do trabalho em detrimento das outras dimensões, teórico-metodológica e ético-política.

⁵ Sendo que o primeiro preconiza o/a assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, ao passo que o segundo tem suas ações submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas (CABRAL, 2019).

Piva; Silva; Pereira (2019), elencam três etapas para o trabalho do/a assistente social no CRAS: primeira, conhecer e debater a legislação e referências teóricas; segunda, planejar ações através de reuniões e discussão com a equipe multidisciplinar e a terceira seria a materialização desse planejamento. Nesse sentido, evidenciam que a objetividade do trabalho é composta pelas três dimensões do Serviço Social (teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas), que subsidiam a forma de apropriação e utilização dos meios de trabalho para transformação de uma dada realidade. No entanto, alegam que a relação profissional/instrumento de trabalho dependerá ainda do nível de autonomia que o/a profissional possui na instituição, do grau de burocratização das relações e da relação entre objetivos profissionais e institucionais. Relatam que o trabalho do/a assistente social no CRAS se concretiza de forma propositiva em suas várias atividades desenvolvidas, visando (re)estabelecer às famílias a condição de sujeitos de direitos, contribuindo assim para a consolidação da cidadania. Evidenciam a importância do/a assistente social refletir sobre sua intervenção e realizar uma escuta qualificada dos sujeitos, compreendendo-os em contexto sócio-histórico, visando a democratização dos direitos sociais em sua totalidade. Também revelam que há uma manutenção e prevalência dos programas de transferência de renda abarcando parcela significativa do trabalho destes/as profissionais. Na visão das autoras, isso demonstra a dificuldade de articulação de serviços e benefícios no campo da assistência social e sugerem que para superação se faz necessário ampliar a dimensão teórico-técnica,⁶ crítica e reflexiva para qualificar o trabalho social com famílias. Ademais, alegam a importância da atuação em rede, amplo conhecimento do território, e de capacitações da equipe do CRAS. Identificam alguns desafios para o trabalho do/a assistente social, como: capacidade de construir propostas de práticas sociais criativas; garantia da participação frequente das famílias nos grupos; necessidade de trabalho coletivo e de investir em planejamento tanto a nível local quanto na gestão, já que este é imprescindível no processo de implementação de políticas sociais.

Santos; Blois; Almeida (2019) identificaram que o trabalho realizado pelo/a assistente social contribui na vida dos usuários à medida que desenvolve as três

⁶ Provavelmente as autoras se referiam à ampliação e articulação das três dimensões da profissão (teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política).

dimensões que compõem o fazer profissional, visando o empoderamento desses sujeitos de modo que superem a situação de vulnerabilidade ou risco social. Por outro lado, elencam algumas dificuldades enfrentadas pelos/as profissionais (ausência de: técnicos; estrutura física; material de trabalho; espaço para realização das atividades) que ocorrem principalmente porque a gestão municipal não reconhece e valoriza o trabalho realizado pelo CRAS. Os autores expõem que a política de assistência social ainda está contaminada pelos resquícios do assistencialismo clientelista, desafiando a formação de novas relações e sociabilidades. Ademais, explanam que o cenário atual, marcado pelo neoliberalismo expressa: agravamento da questão social; regressão quanto aos direitos sociais; condições precárias de trabalho e baixos salários para os/as assistentes sociais; desfinanciamento das políticas sociais, em especial a da assistência social, onde os recursos centram-se nos benefícios de transferência de renda, restando um pequeno percentual para a operacionalização dos serviços.

Diante das informações apresentadas pelos autores, percebe-se que o trabalho do/a assistente social no CRAS em questão, é realizado com compromisso e competência profissional mesmo diante das limitações. Os/as profissionais se pautam numa intervenção crítica e propositiva com objetivo de construir mediações profissionais que possibilitem respostas efetivas às demandas dos usuários atendidos. Outrossim, é pertinente salientar que as dificuldades observadas em relação às condições de trabalho no CRAS, estão em desacordo com a Resolução 493/2006 (CFESS) que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do/a assistente social. Assim, tal irregularidade pode comprometer o trabalho desenvolvido pelos/as assistentes sociais, já que, como bem apontado pelos autores, a totalidade deste não depende somente da competência e empenho profissional, mas também de condições materiais apropriadas para que se efetive adequadamente.

Sodré (2019), também analisa que as atividades desenvolvidas pelo/a assistente social no CRAS não dependem exclusivamente dele/a, mas de uma série de determinações e condicionantes que vão desde a conjuntura política e econômica a seus rebatimentos nas políticas públicas. Nesse cenário, aponta demandas com viés meramente clientelista que visam atender os gestores locais, fato este que impacta na permanência ou não dos/as profissionais do CRAS, o que prejudica a autonomia dos/as

assistentes sociais, principalmente os contratados, devido às relações de poder. De acordo com a autora, as atividades no CRAS centram-se na inclusão das famílias nos programas do governo federal através do Cadastro Único e no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)⁷, que quando ocorre é associado diretamente às condicionalidades do Programa Bolsa Família. Relata uma intensificação e polivalência do trabalho, onde toda a equipe realiza o Cadastro Único, função administrativa que não é atribuição/competência do/a assistente social, e ainda o fazem manualmente pela falta de computadores, assim devem mediar a ausência de condições de trabalho com as metas estipuladas pela instituição. Nessa lógica, a autora ainda compara o trabalho do Serviço Social com o da Psicologia, dizendo que os segundos atuam da mesma forma que os primeiros, "realizando atendimentos sociais, encaminhando para a rede socioassistencial dentre outras atividades privativas ou não do/a assistente social (SODRÉ, 2019, p.11)." Entretanto, acredita-se que a autora estaria equivocada quanto ao conceito de atribuições privativas, já que de acordo com a Lei 8662/1993 as atividades que foram listadas por ela não são privativas do/a assistente social, pelo contrário tratam-se de competências profissionais e logo podem ser executadas por ambos os técnicos de nível superior que atuam no CRAS.

Perante o exposto, nota-se uma redução do fazer profissional do/a assistente social à dimensão técnica-operativa, desconsiderando as dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas que são tão importantes no direcionamento da atuação deste/a profissional. Ademais, diante do relato de assistentes sociais realizando atividades administrativas, percebe-se que embora esteja preconizado que as atribuições e competências dos assistentes sociais devem ser observadas e respeitadas tanto por profissionais, quanto pelas instituições empregadoras (CFESS, 2011), Guerra et.al. (2016, p. 5) considera que "reside uma tensão entre o que a instituição atribui e o que a categoria profissional considera ser atribuições profissionais, donde a tensão entre (no

⁷ O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (MDS, 2014).

mínimo) duas fontes diferentes das quais emanam as atribuições: a da instituição e a da categoria”.

Oliveira; Cavalcante; Oliveira (2019), relatam sobre o problema da precarização da unidade do CRAS onde atuaram como assistentes sociais. Apontam que a referida unidade passou por várias mudanças de sede em virtude da ausência de um prédio próprio, o que impactou o fortalecimento dos vínculos entre profissionais e usuários e afetou a continuidade das ações no território. Ressaltaram a precarização, exemplificando que em uma das mudanças de sede, o imóvel onde se alocaram sequer possuía rede telefônica e internet e ainda precisaram se articular à rede intersetorial para conseguirem espaço para realizar os grupos do PAIF. Isto posto, fica nítido que a Resolução 493/2006 (CFESS) não está sendo efetivada. Além disso, salientam que os vínculos trabalhistas baseados em contratos temporários, gera um paradoxo: “como se explica que uma categoria que visa fortalecer vínculos em sua atuação, onde o seu foco é desenvolver ações de trabalho concretas, continuadas e permanentes com famílias, possa vivenciar relações de trabalho tão fragilizadas?” (OLIVEIRA; CAVALCANTE; OLIVEIRA, 2019, p. 7). Desse modo, frisa-se que tal incompatibilidade levantada pelas autoras deve ser problematizada, não só pela categoria de assistentes sociais, mas também pela própria política de assistência social, que objetiva fortalecimento de vínculos e superação das vulnerabilidades através de ações continuadas e contraditoriamente possui uma alta rotatividade de profissionais. Nesse contexto, as autoras discorrem sobre a necessidade de refletir sobre o cotidiano, sendo este um espaço de adversidades, mas também de possibilidades, que requer resistência e criatividade dos/as profissionais. Logo, mesmo diante dos desafios, as autoras encontraram estratégias para promover a autonomia dos usuários por meio da informação e do acesso aos direitos sociais e ainda promoveram uma capacitação para a equipe, com temas pertinentes para potencializar o trabalho no CRAS. Por fim, defendem a relevância da instrumentalidade na prática do/a assistente social e reforçam a necessidade de reflexão sobre o cotidiano, afastando-se assim da mera reprodução de ações sem a devida criticidade.

Santana (2019), relata que em sua experiência de trabalho no CRAS percebeu a influência do mandonismo.⁸ Presenciou usuários procurando o equipamento, a mando de pessoas influentes no mundo político local, para solicitar cesta básica de alimentos sem passar por avaliação técnica ou mesmo querendo atendimento diferenciado, muitos ainda tentavam persuadir os/as técnicos/as dizendo que iriam informar a quem os mandou que não foram atendidos conforme desejavam. Diante disso, a autora defende a importância dos concursos públicos, que permitem maior autonomia e estabilidade para que o/a profissional possa realizar um atendimento de qualidade e efetivar direitos sem se preocupar se será demitido/a ou não. Além disso, observou a recorrente visão distorcida da população quanto à política de assistência social, percebida ainda por muitos como um favor e não como direito. À vista disso, alega que o papel do/a assistente social, comprometido/a com a classe trabalhadora, é desmistificar essa lógica do favor e continuar informando, orientando e buscando realizar cotidianamente junto aos usuários um processo de reflexão quanto à importância de buscar e requerer seus direitos.

Oliveira; Calegário (2019) constata que o Cadastro Único, além de um instrumento viabilizador que fomenta os direitos socioassistenciais, é uma ferramenta de trabalho que auxilia na avaliação socioeconômica dos usuários para aquisição dos Programas do Governo Federal. Entretanto, alegam que realizar seu preenchimento não é uma atribuição do/a assistente social. Por outro lado, as autoras relatam que os usuários desconhecem seus direitos e ainda confundem a política de assistência social com o assistencialismo. Apontam também uma redução de investimentos nas políticas públicas, de modo que o Estado repassa o mínimo para os direitos sociais. Apresentam um cenário de poucos recursos, muitas requisições da gestão, ausência de projeto de trabalho e pouco tempo para refletir. Diante disso, defendem que para não virar "apagador de incêndios" e não reduzir a prática profissional a dimensão técnico-operativa, o/a assistente social precisa refletir sobre sua prática no CRAS. Além disso, nas palavras das autoras as condições de trabalho não interferem no desenvolvimento do/a profissional, o que se apresenta como uma incoerência, haja vista que a falta de

⁸ De acordo com o Dicionário Online de Português (Dicio) Mandonismo significa "Que tende a mandar em quaisquer situações, geralmente, utilizando-se de prepotência e/ou do uso exagerado do poder." Assim, tal conceito está presente tanto no coronelismo como no clientelismo.

recursos e a falta de investimento impactam de modo negativo nas condições de trabalho e efetividade dos serviços, o que por conseguinte rebate sim no exercício profissional, conforme apontado anteriormente por outros autores.

Faustino (2019) expõe um acompanhamento familiar executado em um CRAS, a partir do Programa Maior Cuidado (PMC)⁹destinado às pessoas idosas. A autora discorre que o processo de acompanhamento familiar possui avanços e retrocessos, exige um planejamento de médio a longo prazo que visa alcançar resultados, sendo realizado junto à família, considerando suas especificidades. De acordo com a mesma, nesse processo cabe ao/à assistente social: identificar as dificuldades familiares (vulnerabilidades); desenvolver as possibilidades de mudanças (potencialidades); afiançar as seguranças socioassistenciais; promover o acesso à garantia de direitos e fortalecer a função protetiva da família. Logo, a autora avalia, na experiência relatada, que a adesão da família acompanhada aos serviços possibilitou alcançar resultados positivos, contribuindo para a autonomia dos idosos e fortalecimento de vínculo familiar e comunitário, impedindo assim a institucionalização, violações de direitos e isolamento social.

Santos; Cordeiro (2019) discorrem, através de revisão de literatura, sobre o trabalho do/a assistente social na gestão de benefícios eventuais no âmbito do SUAS. Ressaltam a importância de estar alinhado ao projeto ético-político profissional do Serviço Social e citam o escopo normativo que respalda a profissão (Código de Ética de 1993, Lei 8662/93 e Diretrizes Curriculares da ABEPSS 1996). Frisam que administrar os benefícios eventuais é uma competência do/a assistente social de acordo com a Lei 8662/1993 e para exercer tal competência é necessário colocar em movimento as três dimensões que embasam a profissão: dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Dessa maneira, enfatizam nos resultados, a preocupação de que embora a cena contemporânea esteja propensa a desmontes, o/a assistente social deve articular as dimensões profissionais supracitadas, estabelecendo a relação entre teoria

⁹ Implantado em março do ano de 2011, o PMC é destinado ao atendimento domiciliar a idosos dependentes e semidependentes, residentes nas áreas de abrangência dos CRAS, e que se encontram em situação de vulnerabilidade social em decorrência da fragilização dos vínculos familiares e/ou sociais; pela ausência de acesso a possibilidades de inserção comunitária, com intuito de prevenir situações de risco, a exclusão e/ou isolamento do idoso, desenvolvendo e mantendo sua autonomia (FAUSTINO, 2019, p.3).

e prática para reconstruir as demandas de trabalho conforme a realidade social. De outro modo, constata-se que é necessário que o/a profissional tenha solidez em suas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativa para que consiga realizar uma análise social crítica, principalmente quando se está administrando os benefícios eventuais.

Santana; Guimarães; Laranjeiras (2019) explanam sobre sua experiência de trabalho no CRAS através de um projeto voltado para a comunicação. Diante do desconhecimento da população sobre o CRAS e os direitos socioassistenciais, as autoras elaboraram um projeto denominado "Comunica CRAS" que se efetivou através de um programa de rádio, onde eram divulgados de forma clara e simples os serviços, programas e benefícios do CRAS para a população. Constataram que o projeto foi efetivo, posto que houve um aumento no número de atendimentos de usuários que chegavam ao CRAS após tomar conhecimento do equipamento através do programa de rádio. Este projeto demonstra o compromisso ético dos/as profissionais com a emancipação da classe trabalhadora e mostra a interface existente entre a comunicação e o acesso aos direitos sociais como um impulsionador na garantia de uma sociedade livre e igualitária.

O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS: GRUPOS

Fontes (2019) relata sobre o planejamento e execução de um trabalho com grupos voltados para a atenção à maternidade, realizando um trabalho que rompesse com o viés assistencialista que permeava o município, visando a emancipação e empoderamento de usuárias gestantes que só recebiam o benefício eventual kit bebê sem nenhuma reflexão. Assim, ressalta que o trabalho com grupos permitiu articular as três dimensões que embasam a intervenção profissional do/a assistente social: dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica, e ainda contou com uma intervenção multiprofissional e intersetorial. Entretanto, pontua que a abordagem com grupos precisa estar alinhada aos pressupostos do projeto ético-político, tendo em vista que no passado o Serviço Social conservador utilizava dos grupos para manipular, vigiar e controlar, de acordo com os interesses da burguesia, e não visava aos interesses dos usuários. A autora ressalta que o houve efetividade da abordagem grupal, o número de

gestantes reincidentes reduziu significativamente, foi possível efetivar o PAIF, trabalhar vínculos, realizar o acompanhamento familiar, refletir sobre os direitos e trazer a concepção de que o CRAS é o espaço da família, do aprendizado coletivo, da ampliação de direitos e do fortalecimento de vínculos. Em suma, a autora salienta que este trabalho possibilitou apresentar à gestão uma forma diferente de atendimento, tendo em vista que anteriormente a rotina de trabalho se limitava a atendimentos pontuais e visitas domiciliares. Logo, argumenta que diante dos desafios se faz necessário utilizar a capacidade política e crítica do Serviço Social como mediação para criar estratégias e sair do fatalismo, construindo pontes ao invés de muros e possibilitando aos usuários um atendimento que esclareça questões do cotidiano, contextualizando-as na conjuntura de desigualdade inerente ao capitalismo.

Silva e Costa (2019) sistematizaram o desenvolvimento de um ciclo de oficinas com famílias voltadas para mulheres, com o fito de reflexão sobre a desigualdade de gênero, fundamentando-a enquanto uma expressão da questão social. Para isso, através das oficinas, os/as assistentes sociais ofertaram as seguranças sociais de acolhida e de convívio afiançadas pelo SUAS, estimularam a participação social, o protagonismo e o empoderamento. A execução das ações contou com dimensão técnico-operativa, através da ampliação de técnicas de intervenções, e com a dimensão teórico-metodológica que estimulou o aprofundamento do debate sobre gênero nas ações do PAIF. As autoras buscaram instrumentais para que as participantes pudessem avaliar o trabalho desenvolvido, objetivando envolvê-las enquanto sujeitos centrais da ação. Relatam que foi imprescindível a resistência política, buscando estratégias para lidar com retrocessos e oportunizando momentos de reflexão crítica da população, fortalecendo o coletivo. Por outro lado, foram apontados alguns desafios: demanda maior do que a capacidade operacional; dificuldade de conciliação entre interesses profissionais e institucionais; precarização das condições de trabalho; ausência de capacitações profissionais e crença na dicotomia "teoria e prática", sendo que o último contribui para que a profissão seja vista com sentido tarefeiro, com intervenções formais e burocráticas. Apontaram as autoras que a formação profissional em Serviço Social demanda uma maior capacidade de condução dos processos grupais, além de detectarem certa negligência da dimensão técnico-operativa, elementos esses ainda carentes durante a formação acadêmica

dos/as profissionais. Por fim, salientam que é necessária uma maior estimulação da produção de textos científicos para que haja maior produção de conhecimento acerca da prática.

Ferreira (2019) também descreveu a criação e desenvolvimento de um trabalho com grupos que visa discutir as relações de gênero, todavia o público-alvo deste grupo eram homens e não mulheres. Relata que a partir da experiência de trabalho no CRAS, percebeu que trabalhar a desigualdade de gênero somente com mulheres, como vinha acontecendo nas reuniões do PAIF, era insuficiente para se pensar de forma crítica a sociedade atravessada pelo machismo. Logo, evidenciou a importância de aproximar os homens deste território e de inseri-los no processo de luta pelo fim da desigualdade de gênero. Assim, a equipe do CRAS criou um grupo destinado à participação de homens. Retrata que após a consolidação do grupo foi possível iniciar a discussão sobre as relações desiguais de gênero de forma mais aprofundada. Através da utilização de músicas de funk e rap refletiram sobre o papel social ocupado pela mulher e em como a violência doméstica é naturalizada na sociedade. A autora mostra o compromisso com a luta por uma sociedade mais justa e igualitária e demonstra a relevância de se pensar as relações de gênero dentro do Serviço Social e no âmbito do CRAS. Subentende-se que a experiência com o grupo de homens foi efetiva ao passo que a autora destaca a seguinte frase de um usuário que tenta explicar o que entendeu com a seguinte ilustração: "machismo é quando a mulher quer comer pizza e o homem decide que a mesma vai comer coxinha" (FERREIRA, 2019, p.7).

Kuramoto (2019) relata a experiência profissional de um trabalho social com famílias¹⁰ com grupos, cujo público é majoritariamente composto por famílias beneficiárias do Programa Renda Cidadã (PRC)¹¹. Buscando romper com a fragmentação

¹⁰ O trabalho social com famílias no âmbito do PAIF trata-se de um "conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um grupo social, unido por vínculos consanguíneos, de afinidade e/ou solidariedade"(MDS, 2012, p. 10).O principal objetivo do trabalho social na proteção básica é o fortalecimento de vínculos familiares e prevenção da violação de direitos por meio de programas, benefícios e ações sócio-educativas que visem a autonomia e protagonismo dos sujeitos. (KURAMOTO, 2019)

¹¹ Benefício municipal de transferência de renda denominado Programa Renda Cidadã (PRC) destinado às famílias em situação de vulnerabilidade social. A inclusão da família no referido programa, têm como condicionalidades, a submissão à uma avaliação do/a assistente social e à participação mensal no grupo. (KURAMOTO, 2019)

das políticas públicas, relata que muitas atividades desenvolvidas foram articuladas com a rede intersetorial. Afirma que as oficinas foram conduzidas de modo multiprofissional, por uma assistente social e uma psicóloga e menciona que utilizaram recursos audiovisuais, dinâmicas e trabalhos manuais como forma de atrair a atenção dos usuários. Para o desenvolvimento do trabalho salienta a importância do olhar técnico para as especificidades do território, para as demandas locais, a identidade e cultura da família bem como aponta ser fundamental analisar a família em seu contexto social e primar pelo princípio da matricialidade sociofamiliar¹². Em contrapartida, a autora descreve que as temáticas das reuniões são escolhidas pela equipe técnica, de acordo com momento histórico e datas comemorativas, e não pelos usuários com base em interesses e demandas. Ademais, ressalta que embora o trabalho realizado no CRAS se encontra em consonância com as Orientações Técnicas sobre o PAIF, é notório que a participação das famílias nas reuniões mensais está condicionada ao benefício que recebem. Assim, supõe que possivelmente não haveria público nos encontros, caso a participação não fosse obrigatória para a permanência no programa. Argumenta também que a rotatividade dos/as profissionais prejudica a formação de vínculos entre profissionais e usuários.

Leitão; Silva (2019) relatam os seguintes desafios: ausência de outras políticas públicas locais (saúde, habitação, geração de emprego); dificuldade de desenvolver o plano de acompanhamento familiar e ainda citam que se deparam com profissionais com leituras conservadoras da realidade. Por outro ângulo, as autoras demonstram comprometimento com o projeto ético-político profissional, consciência do pertencimento à classe trabalhadora e posicionamento a favor dos interesses dessa. Desse modo, procuraram através da instrumentalidade fortalecer sujeitos históricos e promover processos coletivos em seu cotidiano de trabalho. Explicitam que se por um lado há tentativas de desmonte dos direitos sociais, por outro há movimentos de resistência dos/as trabalhadores/as do CRAS, que mesmo diante das dificuldades postas pelo atual contexto histórico e político brasileiro, procuram refletir e desenvolver

¹² "Contemplar a diretriz "matricialidade sociofamiliar" da política, que afirma a "centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos". Tal diretriz expressa que a organização da política de assistência social tem como pressuposto a família como um "sujeito de direitos" (MDS, 2012, p. 10).

estratégias de atendimento e acompanhamentos aos usuários. Neste cenário argumenta sobre a potencialidade do trabalho com grupos e apresenta a experiência com grupos voltados para: primeira infância; mulheres; e grupos voltados para o território, assim a família podia escolher de acordo com seu interesse. Para fortalecer a concepção de território, uma estratégia utilizada foi realizar os grupos em três pontos diferentes, descentralizando as ações do CRAS. Após avaliações, perceberam que a abordagem grupal têm fortalecido os usuários no que tange a coletivizar suas demandas, enquanto grupo, e buscar meios para efetivação de direitos. Outro ponto observado, é a importância da existência de espaços de trocas e de escuta, já que frequentar espaços onde sua voz é ouvida e pode-se expressar livremente, é algo que muitos usuários do SUAS nunca experimentaram. Este movimento promove a valorização e contribui para a construção da autonomia da população demandatária.

SOUSA et al. (2019) descrevem uma intervenção realizada por dois CRAS em parceria com uma escola estadual, ideia que emergiu a partir de demandas trazidas pelos jovens atendidos nos CRAS. Realizaram diversas oficinas com adolescentes, onde foram trabalhadas temáticas escolhidas pelos alunos¹³, colocando-os como protagonistas. Houve também uma valorização dos saberes interdisciplinares, uma vez que além dos/as profissionais da escola e dos CRAS, ocorreu também parcerias com os/as profissionais da saúde que participaram de algumas palestras. Após avaliação dos alunos e dos/as profissionais envolvidos, observaram que através da oficina foi possível efetivar os serviços do CRAS, que tem caráter preventivo e visa o fortalecimento de vínculos afetivos e comunitários, promovendo a autonomia e o protagonismo. Ademais, conseguiram identificar nas oficinas diversas demandas trazidas pelos alunos e essas foram encaminhadas para a rede de saúde mental e assistência social para acompanhamento. Constata-se que quando o trabalho do/a assistente social é articulado a outros saberes, e o trabalho do CRAS é vinculado à rede contando com diversas parcerias para identificar e trabalhar situações de risco e vulnerabilidades nos diversos espaços, a efetividade da transformação da realidade social é maior. Além disso, os autores provaram que mesmo diante de recursos escassos, é possível realizar um

¹³ Os assuntos mais recorrentes trazidos por jovens que frequentam o CRAS foram: afetividade e sexualidade; bullying; democracia e cidadania; diversidade e futuro profissional (SOUSA et al., 2019).

excelente trabalho quando se é comprometido com a população, e que, quanto maior os desafios, maior deve ser a união de forças do coletivo, para juntos encontrarem estratégias de superação em meio aos recursos e potencialidades disponíveis no território.

FAUSTINO et al. (2019) relatam uma experiência de trabalho com grupo, voltado para o fortalecimento do território, visando a autonomia da comunidade e a construção coletiva. Este trabalho envolveu assistentes sociais do CRAS em conjunto com um coletivo de psicólogas¹⁴. Juntos mapearam as principais demandas dos moradores e buscaram estratégias para enfatizar as potências locais, articulando a rede comunitária e socioassistencial. Puderam verificar a construção de práticas coletivas, a união do saber acadêmico dos/as profissionais à experiência vivida das famílias. Juntos se dedicaram ao aprendizado, à aquisição de novos saberes e à proteção das famílias, comunidade e território. Assim, reconheceram neste processo práticas emancipatórias nas quais usuários e profissionais são sujeitos de conhecimentos e de direitos. Como resultado obtiveram um grupo operativo que se fortaleceu no território e perceberam a importância do olhar ampliado, coletivo, interdisciplinar e intersetorial na prática do/a assistente social.

O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

Santos (2019) destaca que o PBF, apesar das críticas relacionadas aos critérios para seleção e condicionalidades de manutenção, significou um avanço expressivo no campo da segurança de renda e contribui na viabilização do acesso às políticas públicas essenciais como saúde e educação. Referente ao rompimento das condicionalidades a autora pontua que trata-se de um indicativo de que a prevenção não foi efetiva e que a família continua em situação vulnerável ou em risco social. Desse modo, defende que se faz necessário identificar e intervir nas demandas sociais provenientes das mesmas, posto que as condicionalidades são compromissos assumidos não só pelas famílias, mas

¹⁴ O CRAS optou em contratar um coletivo de profissionais para desenvolver o trabalho, e não um único oficinheiro como habitualmente se faz (FAUSTINO et al. 2019, p. 11). O Coletivo Articulando Redes é composto por um grupo de psicólogas e estudantes de Psicologia que se propõe a desenvolver ações comunitárias, de mobilização e articulação social, visando a potencialização de redes autônomas e fortalecidas nas comunidades e territórios (FAUSTINO et al. 2019, p. 5)

também pelo Estado que deve atuar junto às mesmas assegurando-lhes direitos. Segundo a autora, os resultados reforçam que o/a assistente social deve pautar sua atuação em estratégias de trabalho que visem a garantia de direitos, rompendo com práticas de mero controle e fiscalização (conceito equivocado de cunho elitista e sem a essencial reflexão), considerando dados complementares e subjetivos e realizar a mediação entre a realidade vivenciada pelas famílias e a responsabilidade do poder público na oferta e garantia de acesso às políticas públicas.

Silva (2019) supõe que as famílias beneficiárias do PBF além de estarem em situação de vulnerabilidade social, ainda são estigmatizadas como negligentes quando não conseguem cumprir as condicionalidades do programa. Discorre ainda que as sanções em virtude do descumprimento ocorrem sem levar em consideração as circunstâncias que impediu a família de cumprir a condicionalidade. Neste contexto, a autora expõe que o Serviço Social tem um papel de destaque no acompanhamento familiar, que requer intervenções na perspectiva de garantir o acesso das famílias aos serviços das políticas sociais. Assim, pondera que este acompanhamento surte efeito em relação ao número de famílias em descumprimento. A autora defende ainda que os/as assistentes sociais atuantes no CRAS podem contribuir para minimizar os impactos que tendem a estigmatizar as famílias e aumentar o processo de exclusão. Outrossim, aponta a necessidade de debates entre os/as profissionais da política de assistência social e educação, para mapear as peculiaridades que envolvem as famílias em descumprimento e propor ações que garantam direitos.

Reis et al. (2019) expõem que o PBF tornou-se um referencial na distribuição de renda devido ao seu impacto social. Os autores apontam que neste cenário o assistente social é chamado a elaborar o seu projeto de intervenção profissional, objetivando viabilizar o acesso, o ingresso e a permanência da população beneficiária do PBF. Apresentam que uma das principais contribuições deste/a profissional é a mediação das relações sociais entre os usuários do programa e o Estado, com a elaboração de estratégias que objetivem a construção da emancipação dos usuários. Apontam que frente ao descumprimento das condicionalidades, o desafio do/a assistente social é identificar as questões que impedem o exercício deste compromisso e criar estratégias junto às famílias visando prevenir as situações que culminam no descumprimento.

garantindo a proteção à família e a manutenção dos seus direitos. Contudo, pontuam que essas ações alcançam efeitos quando família, assistência social, saúde, educação e governo se unem em prol de um único objetivo. Nestes termos, a união de forças e a comunicação com a rede intersetorial é um fator determinante na emancipação das famílias e efetividade do programa. Relatam que alguns desafios enfrentados pelos/as profissionais: ausência de recursos humanos assim como de ambiente adequado para atendimento, equipamentos e capacitações. Entretanto, mesmo diante dessa precarização do serviço, relatam que o corpo técnico utiliza da criatividade para contornar esses problemas e oferecer à comunidade respostas qualificadas.

O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS: ÊNFASE EM RAÇA E ETNIA

Moreira (2019) reflete sobre a necessidade da apropriação do debate étnico-racial pelo Serviço Social visando a real compreensão da realidade numa perspectiva crítica e de totalidade. Pontua, que muitas vezes a política de assistência social é concebida por profissionais e gestores exclusivamente enquanto provisão material, desconsiderando assim as múltiplas possibilidades de trabalhar no enfrentamento de outras desproteções relacionais, como é o caso do racismo, machismo, preconceito geracional etc. O autor verificou que a população negra constitui a maioria dos usuários atendidos pelo CRAS e identificou que muitos processos de exclusão, como o não acesso e as violações de direitos, vivenciados por estes usuários estão vinculados ao seu pertencimento étnico-racial. Diante disso, enquanto assistente social, o autor percebeu ser fundamental a construção de ações antirracistas em seu cotidiano de trabalho e assim despertou na equipe multiprofissional a necessidade do debate e de levar essa discussão racial para diversas ações do CRAS, sobretudo no PAIF. Reflete que enquanto profissional que almeja uma ordem societária mais justa e igualitária, é necessário se colocar na luta diária contra o racismo.

Sirio; Silva (2019) discorrem sobre o papel do Serviço Social diante da questão racial brasileira e socializaram a experiência de trabalho sobre a temática realizada com um grupo de mulheres em acompanhamento no CRAS, em que utilizaram como instrumento o livro "Quarto de Despejo: diário de uma favelada" (JESUS, 2014). Relatam que a experiência foi efetiva, construíram um espaço de reflexão sobre a questão racial junto às usuárias, através do livro sobredito e justificam a escolha do mesmo em virtude

da linguagem de fácil acesso e da aproximação da vivência da autora com a das usuárias. Através desta experiência compreenderam a importância de trazer a literatura produzida por autores negros para o espaço do grupo, posto que reforçam e fortalecem a identidade das mulheres negras. Por outro lado, as autoras demonstram preocupação com o fato da questão étnico-racial não receber significativa atenção, mesmo sendo uma das expressões da questão social e os negros ainda comporem majoritariamente o público atendido pela política de assistência social. Perante isso, defendem que estar alinhado a uma prática antirracista é dever do/a assistente social que lida com as expressões da questão social da população e que luta pela emancipação da sociedade. Todavia apontam para a dificuldade dos/as profissionais em dialogar sobre o tema, haja vista a invisibilidade deste durante anos pelo Serviço Social. Logo, pontuam ser necessário o empenho do/a profissional em estudar sobre a questão étnico-racial e fazer com que este debate seja permanente, perpassando tanto a formação acadêmica quanto o aprimoramento profissional, por meio de capacitações e socialização de experiências efetivas sobre a temática.

Lima; Bazo; Silva (2019) constataram que a questão étnico-racial era abordada de maneira superficial no CRAS visto que os/as profissionais não dominavam de forma satisfatória um aporte teórico consistente para que o trabalho ocorresse de forma diferente. Diante disso, acreditando que os estudos ampliam horizontes, decidiram formar um grupo de estudos, aberto a outros profissionais e a toda comunidade, que possibilitasse aprofundamento teórico e apropriação do tema étnico-racial. Posteriormente, ao perceberem a deficiência da discussão racial em vários equipamentos sociais públicos e do terceiro setor realizaram um ciclo de oficinas em vários campos, apresentando o CRAS como um espaço de reflexão e diálogo sobre a questão étnico-racial. As ações realizadas nas oficinas possibilitaram à equipe repensar a atuação profissional na perspectiva de trabalho com o coletivo e uma das iniciativas resultantes dos estudos foi a adição do campo de autodeclaração da cor da pele nos instrumentais do CRAS. Diante do trabalho realizado, as autoras analisaram que a questão étnico-racial deve estar presente em todas as ações desenvolvidas pelo CRAS e evidenciou a importância dessa discussão no âmbito do Serviço Social, possibilitando potencializar e subsidiar a construção de ações propositivas que contribuam para a efetivação dos

princípios éticos no que se refere ao combate ao racismo e a construção de um projeto de sociedade mais igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos ao longo do texto do presente trabalho a descrição e análise dos 23 artigos pesquisados no XVI CBAS nos permitiu constatar que o objetivo do artigo foi alcançado, posto que foi possível identificar como a prática do/a assistente social está sendo implementada no CRAS.

Salienta-se que poucos artigos citaram os termos "atribuições" e "competências", contudo verificou-se que os mesmos estavam presentes implicitamente em todos os artigos analisados. Referente às "atribuições privativas", a única encontrada foi a supervisão direta de estágio em Serviço Social, mencionada indiretamente em alguns artigos que relatam a presença de estagiários participando das ações de abordagem grupal. Além disso, observou-se que enquanto muitos autores debateram sobre o trabalho do/a assistente social com famílias do PAIF, a potência do trabalho com grupos e Programa Bolsa Família; poucos artigos discutiram sobre a questão de gênero e a questão étnico-racial. Outrossim, é pertinente pontuar que notou-se uma fragilidade dos autores no que se refere a metodologia dos artigos, já que a maioria não faz menção ao método adotado na pesquisa ao longo do trabalho.

Destaca-se alguns desafios que foram descritos pelos autores e atravessam a atuação do/a assistente social, a saber: tentativa de desmonte das políticas sociais; presença do assistencialismo clientelista e do mandonismo; vínculos trabalhistas precários; condições de trabalho que contrariam a Resolução 493/2006 (CFESS); hipervalorização da dimensão técnico-operativa em detrimento das outras; confusão entre atribuições privativas e competências; ausência de capacitações profissionais; arcabouço teórico sobre a questão étnico-racial insuficiente ou ausente; distanciamento entre teoria e prática etc. Mesmo perante este cenário de dificuldades e recursos escassos, de modo geral, o fazer profissional dos/as assistentes sociais descritos nos artigos pesquisados, se mostrou comprometido com o projeto ético-político e por conseguinte com os interesses da classe trabalhadora. Dessa maneira, a partir da

articulação das três dimensões da profissão, as atribuições e competências dos/as assistentes sociais no CRAS apontaram estar alinhadas com o Projeto Ético-Político da Profissão, bem como estar baseadas em estratégias cotidianas criativas e propositivas (IAMAMOTO, 2020) buscando viabilizar respostas mais efetivas às demandas da população atendida.

Finalmente cabe destacar que a revisão sistemática de literatura realizada na base de dados por nós escolhida não teve a pretensão de fazer um balanço completo e exaustivo sobre as atribuições e competências do/a assistente social no CRAS. Nossa intenção foi traçar um panorama dessa produção técnico/científica que nos aproximasse de uma visão mais geral e atualizada do Serviço Social sobre a temática e que nos permitisse identificar algumas das tendências dessas pesquisas, bem como apontar aspectos que necessitam de abordagens e/ou de aprofundamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p.

CABRAL, Lana Mara de Souza. O Desempenho do/a Assistente Social no CRAS – Centro De Referência da Assistência Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-7. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei 8662/93**, que regulamenta a profissão de Assistente Social. Brasília: CFESS, 2011. 62 p.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social**. Brasília: CFESS, 2011. 38 p.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução nº 493/2006** de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília: CFESS, 2006.

DUARTE, Ronaldo Alves. A Pesquisa sobre Saúde Mental no âmbito do Serviço Social. In: GÓIS, João Bôsko Hora; SOUZA, Sidimara Cristina de (org.). **Serviço Social e Pesquisa**. Curitiba: Crv, 2021. p. 1-333.

FAUSTINO, Taiane Queithe da Silva et al. Trabalho em grupo como estratégia de reflexão crítica para contribuição de práticas emancipatórias: a experiência de uma Assistente Social e um coletivo de Psicólogas no planejamento, monitoramento e execução de oficinas com famílias e comunidade no CRAS Senhor dos Passos (BH/MG). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-13. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

FAUSTINO, Taiane Queithe da Silva. Acompanhamento familiar no âmbito da Proteção Social Básica uma realidade em aprimoramento: as estratégias de intervenções do técnico do CRAS(assistente social) no suas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-12. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

FERREIRA, Flavia de Melo Leonel. A participação do homem na Política de Assistência Social: um relato de experiência do grupo de homens do CRAS Vila Nova. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-7. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

FONTES, Priscila Soares Silva. Atuação do Serviço Social no Centro De Referência Da Assistência Social - CRAS: especificidades do trabalho com grupos do CRAS Centro de Paraíba do Sul - RJ. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-9. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio et al. Atribuições, competências, demandas e requisições: O trabalho do assistente social em debate. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), 15.2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ABEPSS, 2016. p. 1-14. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/guerra-e-outros-201804131237474299190.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 27 ed. São Paulo: Cortez, 2020. 357p.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de Despejo: diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Átila, 2014. 200p. Disponível em: <http://dpid.cidadaopg.sp.gov.br/pde/arquivos/1623677495235-Quarto%20de%20Despejo%20-%20Maria%20Carolina%20de%20Jesus.pdf.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

KURAMOTO, Caroline Samantha Siqueira. A análise das abordagens metodológicas utilizadas pelo CRAS -- do município de -- para a realização do trabalho social com famílias no âmbito do PAIF. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-10. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

LEITÃO, Aline Lopes; SILVA, Ludimira Martins. A potência do trabalho em grupo: a experiência do CRAS Centro Louveira (SP). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-10. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

LIMA, Laura Cristina Gomes; BAZO, Izabela; SILVA, Camila Novaes da. Grupo de estudos étnico-raciais no CRAS: o compromisso do Serviço Social na luta antirracista e o papel do estudo na construção de uma sociedade igualitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-7. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

LOPES, Cinthia Fonseca (org.). **Competências e Atribuições do/a Assistente Social: Requisitos e conhecimentos necessários**. Fortaleza: Socialis, 2018. 215 p.

MATOS, Maurílio Castro de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 124, p. 678-698, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.046>.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 165p.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Brasília: 2014.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**, vol. 2: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. 1 ed. Brasília: 2012.

MORAES, Carlos Antônio de Souza. Pesquisa em Serviço Social: concepções e críticas. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 20, n., p. 390-399, set./dez. 2017.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. Serviço Social no combate ao racismo: reflexões a partir da experiência profissional no âmbito de um CRAS no interior paulista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-13. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015. 424 p.

OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira de; CHAVES, Helena Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 128, p. 143-163, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.098>. Acesso em: 20 jan. 2023.

OLIVEIRA, Emilene de; CALEGÁRIO, Mariana Aparecida da Silva. Cadastro Único do Suas como instrumento de materialização de direitos socioassistenciais ou instrumento de controle e seletividade: reflexões a partir das experiências das Assistentes Sociais inseridas no CRAS Nova Belém/Japeri (RJ). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-12. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

OLIVEIRA, Leiliane Martinz de; CAVALCANTE, Luíza de Marillac Bernardo da Rocha; OLIVEIRA, Marcia Cristina Barros de. Os desafios da Política de Assistência Social no município de Fortaleza: uma experiência profissional em um Centro De Referência da Assistência Social de Fortaleza, Ceará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-12. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

PIVA, Carla Cristina Marinho; SILVA, Chris Giselle Pegas Pereira da; PEREIRA, Cristiane de Barros. O trabalho do Assistente Social no CRAS: alguns apontamentos sobre a intervenção profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-13. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

RAICHELIS, Raquel. **O trabalho do assistente social na esfera estatal**. In: CFESS/ABPESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, Abpess, 2009. P. 377-391.

REIS, Josivaldo Souza et al. Contribuições do trabalho do Assistente Social no Programa Bolsa Família em Paçandu município de Pequeno Porte II no Estado do Paraná. In: CBAS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-11. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (Minas Gerais). Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (org.). Contribuições para o exercício profissional de assistente social: coletânea de leis. Belo Horizonte: CRESS, 2013. p. 19-26 p.

SANTANA, Edith Licia Ferreira Felisberto. A influência do mandonismo em um município da Baixada Fluminense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-10. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

SANTANA, Edith Licia Ferreira Felisberto; GUIMARÃES, Aldinéa de Souza Ribeiro; LARANJEIRAS, Ana Paula de Siqueira Carrera Peck. Comunica CRAS. In: CBAS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-9. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

SANTOS, Denison Martins dos; BLOIS, Victorugo Lobato; ALMEIDA, Kelly Samara dos Santos. O Serviço Social em tempo de agenda ultraliberal no Brasil: desafios e limites para intervenção profissional no CRAS Guanabara/Ananindeua/PA. In: CBAS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-12. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

SANTOS, Márcia Faraum dos; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida. O trabalho do Assistente Social na gestão de benefícios eventuais do Suas: elementos para o debate. In: CBAS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-14. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

SANTOS, Silvana Cordeiro dos. O acompanhamento de famílias em situação de descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família: um relato de experiência do CRAS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-12. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

SILVA, Rosana Fernandes da. Programa Bolsa Família, condicionalidades e clivagens de gênero: efeitos punitivos e desafios para o acompanhamento do Serviço Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-12. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

SILVA, Rosicler Lemos da; COSTA, Fernanda Vieira. O trabalho profissional da/o Assistente Social no CRAS: sistematização de oficinas com famílias sobre relações de gênero. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-16. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

SIRIO, Gabriele Cristina de; SILVA, Rosicler Lemos da. Da favela do Canindé ao CRAS: Carolina Maria de Jesus no Acompanhamento Familiar Grupal com mulheres. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-10. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

SODRÉ, Janice Realina. Trabalho, políticas públicas e Serviço Social: a organização do trabalho e o trabalho do Assistente Social na Proteção Social Básica no município de Niterói-RJ. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-13. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.

SOUSA, Keyla de Oliveira et al. Oficina "O papo é respeito. Tá ligado?!". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Cfess, 2019. v. 16, p. 1-14. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index>. Acesso em: 23 out. 2022.